

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTE DE CRICIÚMA –

CMT

03/06/2025

6 Ao terceiro dia do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se, na sala de reuniões da
7 Coordenação dos Conselhos os seguintes conselheiros: Giovane Raulino Ribeiro (Diretoria de
8 Trânsito e Transporte - DTT); Caroline Paim Zanette (Diretoria de Trânsito e Transporte); Bianca
9 Elias Torres (Procuradoria-Geral do Município); Henrique Vargas (Universidade do Extremo Sul
10 Catarinense – UNESC); Gentil Francisco (União da Associação de Bairros de Criciúma – UABC);
11 Clésio Fernandes (Sindicato das Empresas dos Condutores de Veículos e Trabalhadores em
12 Transportes Rodoviários de Cargas e Passageiros de Criciúma e Região); Juliano Peters Dutra
13 (Sindicato das Empresas dos Condutores de Veículos e Trabalhadores em Transportes Rodoviários
14 de Cargas e Passageiros de Criciúma e Região); Luiz Cláudio Honorato (Sindicato das Empresas de
15 Transportes de Cargas e Logística do Sul de SC – SETRANSC); Sérgio Pelegim (Associação
16 Empresarial de Criciúma – ACIC); Carlos Alberto de Andrade (Consórcio Criciumense de
17 Transporte Urbano – CCTU); Florisvalda Dário (Consórcio Criciumense de Transporte Urbano –
18 CCTU); Eduardo Topanoti Tarabay (Câmara de Dirigentes Lojistas de Criciúma – CDL); Se
19 fizeram presentes os convidados: Matheus Viana (CCTU); Rodinei Tiskoski (CCTU); Alexandre
20 Back. O Presidente deu início à reunião saudando a todos os presentes e informou que a ata da
21 reunião anterior já havia sido enviada ao grupo do Conselho para análise e eventuais correções
22 prévias, de modo que nesta reunião a ata seria apenas assinada. Na sequência, o Presidente deu
23 prosseguimento à pauta relativa à devolução da Diretoria de Trânsito e Transporte – DTT sobre o
24 estacionamento rotativo, informando que os documentos pertinentes encontram-se sob análise da
25 Procuradoria. Em seguida, solicitou à representante da Procuradoria que prestasse os
26 esclarecimentos necessários acerca do assunto. Bianca Elias Torres (Procuradoria-Geral do
27 Município) informou que foi instaurado um inquérito e que qualquer pessoa interessada pode ter
28 acesso ao mesmo. Esclareceu que ainda não houve judicialização do caso. Mencionou que estão
29 ocorrendo algumas reuniões nas quais o Procurador-Geral tem participado, porém destacou que o
30 processo ainda está em fase inicial, não havendo muitas informações a serem repassadas no
31 momento. O conselheiro Clésio Fernandes (Sindicato das Empresas dos Condutores de Veículos e
32 Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Cargas e Passageiros de Criciúma e Região)
33 ressaltou que o documento solicitado não deveria ser encaminhado “aos advogados da Prefeitura”,
34 mas sim permanecer sob a guarda do Conselho. Esclareceu que a área em questão é de propriedade
35 da Prefeitura e reforçou que os documentos devem ser enviados diretamente ao Conselho. A
36 conselheira Bianca informou que os documentos estão conduzidos na Procuradoria e que há um
37 inquérito instaurado, no qual o Procurador ainda precisa participar das fases processuais. Ressaltou
38 que os documentos não estão fisicamente na Procuradoria, pois a atuação ocorre mediante
39 representação do município na eventual judicialização da questão. O Presidente mencionou a
40 existência de um protocolo e solicitou auxílio para localizá-lo. A conselheira Caroline Paim Zanette
41 (Diretoria de Trânsito e Transporte) esclareceu que, na véspera, houve contato com o Diretor da
42 DTT, Frank Bez, para obter informações sobre os documentos. Informou que Frank relatou que os
43 documentos referentes ao estacionamento rotativo foram enviados à Procuradoria, sendo obrigatória
44 essa tramitação, e que a resposta seria encaminhada ao Conselho no mesmo dia. Destacou que o
45 protocolo encaminhado foi nº **1864-2025**. O conselheiro Gentil Francisco (União da Associação de
46 Bairros de Criciúma – UABC) fez uma observação ressaltando que todos os conselheiros têm suas
47 atividades profissionais, mas que, enquanto membros do Conselho, atuam com responsabilidade e
48 seriedade. Lembrou que, no ano anterior, o Conselho já havia solicitado informações sobre o tema,
49 prevendo sua futura implantação. Reiterou que, conforme ata anterior, ficou definido que o
50 Conselho remeteria os questionamentos à DTT, o que foi feito. Além disso, a UABC, entidade que

51 representa, também protocolou um pedido diretamente ao Executivo, para reforçar a atuação. Gentil
52 destacou que, passados 30 (trinta) dias, houve reunião do Conselho, mas o servidor Frank não
53 compareceu, tampouco os documentos foram entregues. Reforçou que os pedidos de informação
54 têm prazo legal e devem ser cumpridos. Questionou a representante da Procuradoria sobre sua
55 função, sendo informado que atua na execução fiscal. Gentil acrescentou que o pedido foi
56 fundamentado na legislação federal e que, mesmo após a dilação de prazo solicitado por Frank, não
57 houve resposta. O conselheiro Eduardo Topanoti Tarabay (Câmara de Dirigentes Lojistas de
58 Criciúma – CDL) questionou se o contrato não seria um documento público, ao que Gentil
59 respondeu que, apesar disso, não houve encaminhamento das informações ao Conselho. A
60 conselheira Caroline concordou com a necessidade de envio do documento, afirmando que não há
61 oposição por parte dos conselheiros, apenas necessidade de encaminhamento correto. O Presidente
62 propôs a reiterar a solicitação do memorando e dos documentos pendentes, orientando que sejam
63 enviados inclusive via grupo de WhatsApp, para agilizar o repasse das informações. **O conselheiro**
64 **Clésio lembrou que, na última reunião, havia solicitado ao Presidente dois documentos – o**
65 **protocolo da DTT e o protocolo da Gerestar. Entretanto, foi informado que não há protocolo**
66 **relacionado à Gerestar, tendo sido apresentado, o protocolo da DTT, gerado por meio do**
67 **sistema G-DOC.** . Durante a discussão, o conselheiro Gentil reforçou que a intenção do Conselho
68 não é criar conflitos, mas buscar o correto encaminhamento das demandas. Destacou que houve
69 propostas recentes para alteração do regimento interno, o que gerou dúvidas entre alguns
70 conselheiros. Enfatizou, ainda, que o pedido de informações foi realizado de forma correta e
71 protocolado com prazos estabelecidos, mas, até o momento, não houve retorno. Reforçou que, se
72 necessário, tomará as medidas jurídicas cabíveis para garantir o cumprimento da legislação. O
73 conselheiro Giovane Raulino Ribeiro (Diretoria de Trânsito e Transporte – DTT) solicitou
74 esclarecimentos sobre a atuação e competência do Conselho, manifestando a intenção de
75 compreender melhor quais temas são de competência regimental. O conselheiro Gentil respondeu
76 que todos os conselheiros, ao integrarem o órgão, devem ter conhecimento do regimento interno. A
77 conselheira Caroline esclareceu que o Conselho trata das questões relativas ao transporte, não sendo
78 responsável pela gestão do estacionamento rotativo, mas apenas por acompanhar as informações
79 repassadas pela gestão. O Presidente sugeriu, novamente, reiterar a solicitação dos documentos
80 pendentes. O conselheiro Eduardo concordou, destacando que o documento solicitado não será
81 disponibilizado no momento e, portanto, será necessário aguardar, propondo que, após o
82 recebimento, seja convocada uma reunião extraordinária. Por fim, **o conselheiro Gentil solicitou a**
83 **ata em que consta o pedido dos documentos ao Diretor da DTT, Frank Bez.** O convidado
84 Alexandre Back solicitou a palavra e fez a seguinte manifestação: destacou que já se passaram três
85 reuniões nas quais a solicitação foi realizada, mas o documento ainda não foi entregue. Sugeriu que,
86 caso não haja a entrega, seja definido qual procedimento será adotado, pois, segundo ele, o tema
87 está sendo discutido há várias reuniões sem avanços. Ressaltou ainda que sua participação visa
88 justamente o acompanhamento desse processo. Em seguida, o conselheiro Eduardo sugeriu que a
89 solicitação seja reiterada com a indicação de prioridade máxima, estabelecendo-se o prazo máximo
90 de cinco dias úteis para o atendimento, e que seja realizado o agendamento de uma nova reunião ao
91 término deste prazo. O conselheiro Gentil reforçou que não está no Conselho para brincar, mas sim
92 para representar sua entidade com seriedade. Informou que, caso o documento não seja entregue no
93 prazo sugerido, irá encaminhar o caso ao Ministério Público, que, segundo ele, já está tomando
94 providências em relação a interesses que considera obscuros. O conselheiro Clésio, por sua vez,
95 sugeriu que, além da reiterada solicitação dos documentos, toda a ata da reunião, juntamente com as
96 falas do presidente, dos conselheiros e demais participantes, seja encaminhada ao Ministério
97 Público. O conselheiro Clésio também sugeriu que se verifique o mandato do presidente,
98 ponderando que eventual responsabilidade poderá recair sobre ele, por ter assinado os documentos.
99 Por fim, questionou se a empresa Gerestar enviou a documentação. O presidente informou que não
100 houve recebimento até o momento, e que será necessário conferir a existência de eventual
101 protocolo. A conselheira Caroline destacou que o Conselho é nomeado pela Diretoria de Trânsito e
102 Transporte (DTT) para atuar especificamente na área de transporte, e que não possui competência

103 sobre a gestão financeira do estacionamento rotativo. Ressaltou que a responsabilidade do Conselho
104 é fiscalizar se os valores arrecadados com a outorga das vagas estão sendo devidamente destinados
105 ao transporte. Acrescentou que, embora a discussão tenha iniciado com esse foco, houve um desvio
106 para outras questões fora da competência do colegiado. Por fim, sugeriu que deveria haver um
107 relatório mensal informando ao Conselho os valores repassados ao setor de transporte provenientes
108 do rotativo. O conselheiro Clésio apontou divergências nos números apresentados sobre vagas e
109 receitas, solicitando esclarecimentos para confirmar o correto repasse financeiro. A conselheira
110 Caroline explicou que a Diretoria de Trânsito e Transporte (DTT) é subordinada à Prefeitura e que a
111 Gerestar está vinculada à DTT, que detém o poder para solicitar documentos e fiscalizar contratos.
112 O conselheiro Gentil relatou situações de dificuldades e litígios entre Gerestar e municípios
113 vizinhos, ressaltando a necessidade de transparência e cumprimento dos contratos para garantir
114 recursos essenciais. O convidado Alexandre Back destacou que a fiscalização cabe ao poder
115 concedente — o Município — e que a cobrança deve ser feita pela Prefeitura. A Coordenação dos
116 Conselhos informou que os documentos solicitados foram encaminhados pela DTT à Procuradoria
117 do Município, com prazos para análise já prorrogados por duas vezes. Foi acordado que a DTT deve
118 continuar como interlocutora oficial, cabendo ao Conselho acompanhar e solicitar formalmente as
119 informações necessárias. O Presidente determinou que todos os documentos relevantes sejam
120 disponibilizados no grupo do Conselho, facilitando o acompanhamento dos membros. Encaminhou-
121 se a definição de prazo de 5 (cinco) dias para respostas formais da Procuradoria e a continuidade do
122 monitoramento pela DTT. O conselheiro Clésio questionou a servidora Bianca acerca dos
123 documentos disponíveis no setor e sobre o conteúdo do link compartilhado no Google Drive. Em
124 resposta, a servidora Bianca esclareceu que o G-DOC é uma ferramenta de comunicação utilizada
125 pela Prefeitura e que, em casos sem sigilo, qualquer servidor pode acessá-lo. O documento em
126 questão havia sido encaminhado à Procuradora Adjunta, Dra. Liliane, e, portanto, Bianca optou por
127 não interferir diretamente em sua análise, embora tenha se disponibilizado a compartilhar
128 novamente o link do documento no grupo do Conselho. O conselheiro Clésio questionou, ainda, se
129 a Gerestar havia sido formalmente notificada. O Presidente esclareceu que caberia à Diretoria de
130 Trânsito e Transporte (DTT) confirmar o encaminhamento para a Gerestar. Informou também que,
131 caso houvesse algum documento faltante, o Conselho poderia reiterar o pedido de forma oficial. O
132 conselheiro Gentil informou que compartilharia no grupo o parecer do Promotor Marcos Vinícius,
133 da 11ª Promotoria, com as respectivas indagações. Salientou a importância de respostas objetivas
134 por parte da Prefeitura, a fim de evitar encaminhamentos mais rígidos, que poderiam gerar
135 repercussões negativas à gestão e à imagem institucional. Na sequência, **o conselheiro Clésio**
136 **formalizou pedido ao Presidente para que fossem fornecidas todas as gravações e atas das**
137 **reuniões do Conselho realizadas no corrente ano.** O Presidente informou que os documentos já
138 se encontravam disponíveis e poderiam ser levados. O conselheiro Clésio reforçou que o pedido
139 deveria ser formalizado por escrito e alertou sobre os prazos legais de resposta – até 15 (quinze)
140 dias - previstos na legislação federal, enfatizando que a ausência de entrega no prazo poderia
141 acarretar em responsabilizações. O Presidente sugeriu retirar da pauta do dia o item referente ao
142 “andamento e previsão de implantação do projeto do corredor de ônibus na Avenida Centenário,
143 entre os terminais do Pinheirinho e da Próspera” e incluir, na próxima reunião, a discussão sobre o
144 Regimento Interno, destacando a importância de organizar e normatizar os procedimentos do
145 Conselho. Houve concordância sobre a necessidade de revisar o Regimento Interno, reconhecendo
146 que tal medida contribuiria para o bom andamento dos trabalhos. O conselheiro Eduardo questionou
147 se existia uma legislação geral que regulamentasse os conselhos. A conselheira Caroline informou
148 que cada conselho possui sua própria base legal e, no caso do Conselho em questão, a criação está
149 fundamentada na Lei nº 3.229, que trata do transporte. O conselheiro Carlos manifestou
150 preocupação com a retirada da pauta do projeto, frisando sua importância para as empresas do setor
151 e sugeriu que, caso não fosse possível tratá-lo nesta reunião, que fosse ao menos agendada uma
152 discussão específica com as empresas envolvidas, de modo a antecipar a análise e fomentar
153 contribuições técnicas e operacionais. A conselheira Caroline informou que o projeto em questão,
154 referente ao bairro Pinheirinho, havia sido desenvolvido pela DTT, com apoio de assessoria técnica

155 contratada para a realização de contagens, e contemplava ligações viárias importantes como a
156 Santos Dumont e o Terminal Central. Destacou que o projeto é robusto e relevante e que
157 concordava com a necessidade de apresentá-lo formalmente ao Conselho, mas solicitou tempo hábil
158 para preparação da exposição. O conselheiro Gentil reforçou o compromisso de obter resposta sobre
159 os documentos encaminhados à Procuradoria e reiterou a importância de o Conselho ser incluído na
160 tomada de decisões. Propôs que, caso fosse necessária a realização de reunião extraordinária, esta
161 ocorresse preferencialmente após as 10h da manhã. Destacou, ainda, a responsabilidade do
162 Conselho no contexto do desenvolvimento urbano e administrativo da cidade, defendendo a
163 condução dos trabalhos com seriedade, comprometimento e respeito à legalidade. A conselheira
164 Caroline alertou sobre a importância de seguir a estrutura formal das reuniões conforme definido no
165 Regimento Interno, iniciando com verificação de quórum, aprovação da ata anterior, aprovação da
166 ordem do dia, apresentação e discussão das matérias, comunicações breves e definição dos assuntos
167 para a próxima reunião. **O Presidente ratificou que a pauta da próxima reunião será a revisão**
168 **do Regimento Interno e, na reunião seguinte, será retomada a discussão do projeto**
169 **“Andamento e previsão de implantação do projeto do corredor de ônibus na Avenida**
170 **Centenário, entre os terminais do Pinheirinho e da Próspera”**. O conselheiro Clésio reiterou que
171 os debates sobre a Gerestar já se estendiam por quase um ano e criticou a ausência de documentos
172 em mesa, atribuindo tal falha à má condução da presidência, sugerindo que uma gestão mais
173 organizada evitaria conflitos e promoveria maior efetividade. Por fim, o Presidente agradeceu a
174 presença de todos, desejou uma boa semana e reforçou o compromisso com o andamento adequado
175 dos trabalhos do Conselho. Assim, sem mais a discutir, a reunião foi finalizada. E eu, Giovana
176 Mendes Beloli, lavrei a presente ata, que após lida, será assinada por todos os presentes.

177

178 Giovane Raulino Ribeiro (Diretoria de Trânsito e Transporte – DTT);

179 Caroline Paim Zanette (Diretoria de Trânsito e Transporte);

180 Bianca Elias Torres (Procuradoria-Geral do Município);

181 Henrique Vargas (Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC);

182 Gentil Francisco (União da Associação de Bairros de Criciúma – UABC);

183 Clésio Fernandes (Sindicato das Empresas dos Condutores de Veículos e Trabalhadores em
184 Transportes Rodoviários de Cargas e Passageiros de Criciúma e Região);

185 Juliano Peters Dutra (Sindicato das Empresas dos Condutores de Veículos e Trabalhadores em
186 Transportes Rodoviários de Cargas e Passageiros de Criciúma e Região);

187 Luiz Cláudio Honorato (Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas e Logística do Sul de SC
188 – SETRANSC);

189 Sérgio Pelegrim (Associação Empresarial de Criciúma – ACIC);

190 Carlos Alberto de Andrade (Consórcio Criciumense de Transporte Urbano – CCTU);

191 Florisvalda Dário (Consórcio Criciumense de Transporte Urbano – CCTU);

192 Eduardo Topanoti Tarabay (Câmara de Dirigentes Lojistas de Criciúma – CDL);